

nismos de monitoria, avaliação e revisão dos PMDR de gestão participativa e desenvolver eventos de capacitação, de curta duração, para profissionais envolvidos com a execução do Pronaf nos municípios. Os técnicos capacitados foram selecionados, nos municípios, pelo Instituto Ceba/SC, o IICA e a Udesc, com indicação dos diversos segmentos da comunidade local, como sindicatos, cooperativas, associações, prefeituras, câmara municipal e outros setores ligados à agropecuária, ao desenvolvimento local e à agricultura familiar.

Sabe-se que ainda há escassez de recursos financeiros do Pronaf para atender a todas as demandas da capacitação no Estado e que a pesquisa agropecuária desenvolvida pela Embrapa nem sempre atende às demandas específicas da agricultura familiar catarinense, mas pode-se afirmar que a estratégia de desenvolvimento proposta pelo Pronaf tem como objetivo central a transformação da agricultura familiar. Com enfoque participativo no âmbito das comunidades, envolvendo tanto os beneficiários quanto os parceiros responsáveis pelo processo decisório e executivo do programa, será possível torná-lo mais eficiente e eficaz para o desenvolvimento.

Enfim, os agricultores familiares e os pescadores artesanais capacitados, com os conhecimentos adquiridos, sentem-se em condições de enfrentar os desafios do mundo em mudanças e tornam-se aptos a permanecer na atividade rural em condições dignas, ao mesmo tempo em que os jovens capacitados, gradativamente, integram-se à condução dos empreendimentos familiares com perspectivas de um futuro melhor.

Através de suas parcerias, o Pronaf propõe-se a fortalecer a agricultura familiar, propor-

cionando aos agricultores e suas famílias condições para que possam continuar vivendo no meio rural, com dignidade, liberdade e satisfação, com as opções de trabalho e renda necessárias à prosperidade. Estes elementos atuam como força motriz multiplicadora dos esforços e dos recursos existentes, possibilitando o desenvolvimento e a segurança social e econômica para os cidadãos nas comunidades em que vivem.

Carlos Luiz Gandin, eng. agr., M.Sc., Epagri, C. P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-5500, fax: (048) 239-5597, e-mail: clg@epagri.rct-sc.br; **Djalma Rogério Guimarães**, eng. agr., M.Sc. Epagri/Pronaf/Instituto Ceba/SC, C. P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3939, fax: (048) 334-2311, e-mail: pronaf@icepa.com.br e **Carlos Nery Romagna Cavalheiro**, eng. agr., M.Sc. Epagri/Pronaf/Infra-Estrutura, C. P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3905, fax: (048) 334-2311, e-mail: nery@epagri.rct-sc.br.

A complexa recuperação da triticultura brasileira e catarinense

Tabajara Marcondes

Breve retrospectiva

O trigo, no plano nacional e estadual, é uma das culturas que mais perderam importância em termos de área e produção. De uma situação de quase auto-suficiência em meados dos anos 80, o Brasil passou a ser um dos maiores importadores mundiais nos últimos anos. Isto aconteceu por algumas razões. Uma delas é que o governo mudou radicalmente sua forma de intervir na atividade. Por várias décadas teve um completo controle sobre compras, preços e distribuição

do produto; em muitas oportunidades fixava aos produtores preços bastante remuneradores e desvinculados dos do mercado internacional, o que estimulava muito a produção interna. A partir do início dos anos 90, deixou o mercado praticamente livre, intervindo apenas esporadicamente na comercialização.

Outras razões, durante o mesmo período, foram a ampliação da abertura comercial brasileira e o acordo do Mercosul, que tornaram o mercado interno bastante atraente para os exportadores de trigo e facilitaram as importações, acirrando a concorrência com o produto nacional e ajudando a desestimular ainda mais o plantio interno.

Além destas razões, uma outra teve grande importância durante um bom período do Plano Real: foi a sobrevalorização da moeda nacional. Isto também ajudou a comprometer ainda mais a capacidade competitiva da triticultura nacional, que, até pelos subsídios de alguns países à produção e à exportação de trigo, já não era das melhores.

A Argentina, por sua grande tradição na produção e no mercado internacional do trigo, foi quem mais se beneficiou desta situação. Por apresentar preços bastante competitivos, dispor de produto de boa qualidade, beneficiar-se com a isenção de tarifas que incidem sobre as importações de outras origens (o que decorre do acordo do Mercosul) e pela proximidade geográfica tem sido, em vários dos últimos anos, quase que a única origem das importações brasileiras de trigo.

A partir do início de 1999, com a grande desvalorização da taxa cambial brasileira, que se acentuou ainda mais no transcorrer de 2002, houve uma sensível melhora da competitividade do produto nacional.

Isto, aliado ao fato de nos últimos anos o balanço de oferta e demanda mundial estar relativamente apertado, estimulou um início de recuperação na área plantada com trigo no Brasil.

Oferta e demanda mundiais

Nos últimos anos, as estimativas acerca do balanço mundial de oferta e demanda de trigo mostravam um quadro bastante apertado e preocupante para o Brasil, que importa cerca de 75% do trigo que consome e atualmente disputa com o Egito a condição de principal comprador mundial. A constante diminuição da produção e o aumento de consumo reduziram as estimativas dos estoques mundiais para os níveis mais baixos da história.

Apesar disso, como havia uma grande disputa entre os principais exportadores mundiais pela manutenção e/ou conquista de mercado e redução da necessidade de importação de alguns compradores, os preços internacionais, mesmo com algumas oscilações, mantinham-se em patamares relativamente baixos. De meados dos anos 90 para cá, apenas entre 1995 e 1997 atingiram níveis significativamente elevados. Em 1996, por exemplo, o Brasil importou trigo a um valor FOB médio de US\$ 219/t. É oportuno lembrar que, em função da baixa taxa de câmbio, naquela oportunidade a repercussão dos preços internacionais sobre os internos era bem mais discreta que a atual.

Entretanto, era claro que qualquer problema na safra de destacados exportadores e/ou importadores poderia provocar mudanças mais sensíveis no quadro mundial de preços de trigo, situando-os em patamares bem mais elevados que os verificados nos últimos anos. A safra 2002/03

é uma concretização disto.

No mês de maio de 2002, quando da divulgação das primeiras projeções acerca da oferta e demanda mundiais de trigo, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – Usda – previa um pequeno aumento na produção mundial. Isto era uma reversão do que vinha ocorrendo nos últimos anos, já que a produção era decrescente. Embora os estoques finais mundiais apresentassem nova tendência de decréscimo, pois a previsão de consumo estava acima do esperado para a produção, o aumento da produção não deixava de indicar a possibilidade de que os preços internacionais não apresentariam alterações muito significativas em relação aos dos anos mais recentes.

A expectativa de aumento da produção mundial se devia particularmente ao fato de que entre alguns dos importantes produtores e exportadores mundiais de trigo – Estados Unidos, União Européia, Austrália, Canadá e Argentina – apenas para os Estados Unidos previa-se redução na produção.

Posteriormente, entretanto, a situação alterou-se substancialmente. Não só a produção mundial não cresceu, como, e principalmente, a reversão de tendência decorreu da frustração na safra da maioria destes importantes produtores e exportadores mundiais de trigo.

Apenas a União Européia alcançou uma produção maior que a da safra 2001/02. Além de uma produção bem menor que a inicialmente esperada para os Estados Unidos, também foram bastante significativos os decréscimos para os demais países, principalmente o Canadá e a Austrália. Isto reduziu os excedentes exportáveis e, conseqüentemente, a grande disputa travada entre os países por mercado. Assim, no transcorrer do segundo semestre, mesmo com algumas oscilações, os

preços internacionais começaram a crescer.

Para o Brasil, este quadro mundial apertado é, por um lado, um problema sério, pois, em face da grande dependência de outros países, qualquer alteração dos preços internacionais se transforma em aumento expressivo de dispêndio de dólares com as importações; por outro, aumenta o interesse das indústrias nacionais pelo produto local, cria uma situação de melhores preços para os produtores e, conseqüentemente, permite uma recuperação mais expressiva da produção nacional.

Em relação à dependência externa, a situação só não era muito preocupante pelo fato de nos últimos anos a Argentina, que responde por mais de 95% das importações brasileiras de trigo, vir aumentando a sua produção, atingindo quantidades bastante significativas, atendendo, sem grandes dificuldades e com preços relativamente baixos, às necessidades brasileiras. Isto, entretanto, se alterou muito no transcorrer de 2002. Os preços da Argentina, influenciados pela situação internacional, se elevaram muito (o Brasil teve até necessidade de buscar trigo em outras origens). Além disto, a expressiva desvalorização do real ajudou a encarecer ainda mais os custos das importações.

Em relação à recuperação da produção nacional, as primeiras estimativas da safra de 2002 indicavam claramente esta possibilidade.

O IBGE estimou a área de plantio em 2,06 milhões de hectares (a última área de plantio superior a esta foi a da safra 1991). Os principais fatores do incremento na área foram: a boa disponibilidade de sementes de qualidade (em 2001, a falta de sementes limitou a área de plantio); o fato de em alguns Estados ter havido limitações

climáticas para o plantio do milho da segunda safra (cuja área concorre com a do trigo); o bom resultado alcançado por muitos produtores na safra anterior; a grande elevação nos preços internos no primeiro semestre deste ano; o preço mínimo fixado pelo governo (R\$ 285,00/t para os Estados da região Sul e de R\$ 300,00 para os das regiões Sudeste e Centro-Oeste); o interesse de muitos moinhos pela compra antecipada de trigo; o fato de ainda faltarem outras alternativas de plantio de inverno e, finalmente, a perspectiva que os produtores tinham durante o plantio de mais uma safra de comercialização favorável.

A produção chegou a ser estimada em mais de 4,2 milhões de toneladas. Seria a maior produção desde o final dos anos 80, quando, como se destacou anteriormente, o mercado era completamente controlado pelo governo. Esta expectativa acabou sendo frustrada. Em face, principalmente, dos problemas climáticos ocorridos no Paraná e Rio Grande do Sul, a produção brasileira acabou ficando em cerca de 3,2 milhões de toneladas.

Em Santa Catarina, nos últimos anos, também tem havido recuperação na área plantada e na produção de trigo. A exemplo da situação nacional, esta recuperação decorre dos bons resultados alcançados pelos produtores catarinenses nas últimas safras.

A safra de 2001 foi um exemplo claro. Apesar de problemas climáticos, particularmente uma forte geada no mês de setembro, o rendimento médio do Estado (1.566kg/ha) acabou não sendo tão baixo quanto se temia. Além disto, os preços recebidos pelos produtores atingiram os maiores patamares dos últimos anos.

Na safra estadual de 2002, a área plantada foi de 51 mil hectares e a produção alcançou cerca de 100 mil toneladas. Isto fica bem

abaixo do que se previa inicialmente.

Pelos mesmos fatores que estimularam o crescimento da área plantada no País, chegou-se a esperar que a área plantada no Estado pudesse se aproximar dos 65 mil hectares. Aspectos como o excesso de chuvas durante o período de plantio, preocupações com possíveis geadas tardias, dificuldades de acesso ao crédito de custeio e mais uma experiência negativa vivida por parte dos produtores na safra de 2001 não permitiram que se confirmasse aquela expectativa. Ainda assim, a produção estadual de 2002 está muito perto das maiores que se colheram nos últimos anos.

As perspectivas

A continuidade desta tendência de recuperação na área plantada com trigo no País e no Estado depende dos resultados que os produtores continuarão alcançando com a triticultura, particularmente do comportamento dos preços recebidos.

Uma das principais dificuldades para crescimentos mais expressivos da produção nacional e catarinense é a permanência de grandes distorções no mercado internacional do trigo, um dos produtos mais comercializados e contemplado com políticas de subsídio à produção e exportação por vários países.

De qualquer maneira, embora com o expressivo nível de consumo seja completamente inviável buscar atingir a auto-suficiência com a produção nacional, é certo que a grande dependência externa deste produto pode ser sensivelmente reduzida. É com este objetivo que entidades relacionadas à cadeia produtiva do trigo têm proposto medidas, relacionadas principalmente à produção e à comercialização, que permitiriam reduzir o grau de incerteza dos produtores e estimular o plantio de trigo. A idéia é que a partir de 2005

o Brasil alcance uma produção de mais de 6 milhões de toneladas, o que seria suficiente para atender a 60% do consumo nacional.

A experiência dos últimos anos mostra, entretanto, que esta não é uma tarefa simples; sempre se volta a discutir a necessidade de o Brasil aumentar sensivelmente a sua produção, mas, concretamente, acaba sobrando compromisso quase que apenas para o governo, o que é importante, mas insuficiente para garantir um crescimento significativo e constante da produção nacional.

A tarefa fica ainda mais complexa quando se tem a Argentina como um dos principais parceiros comerciais e origem da maior parte das importações brasileiras de trigo. Este país tem grande tradição no mercado internacional e apresenta preços bastante competitivos.

Embora de 1999 a 2001 a comercialização brasileira de trigo tenha sido facilitada pela conjugação da desvalorização do real com a sobrevalorização do peso argentino e no ano de 2002 os quadros internacional e argentino tenham permitido mais uma comercialização favorável para a produção nacional, esta situação pode se alterar.

Os fatores que explicaram ou explicam as melhores condições e, conseqüentemente, a recente tendência de recuperação na área plantada no País (câmbio argentino sobrevalorizado, produção argentina inferior à dos anos mais recentes, taxaço das exportações pelo governo argentino, balanço de oferta e demanda mundial apertado, período de firmeza nos preços internacionais, baixos estoques de trigo nacional) dificilmente serão mantidos por muito tempo. Assim que se alterarem, poderão reverter esta tendência com relativa rapidez.

Tabajara Marcondes, eng. agr., Instituto Cepa/SC, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3900, fax: (048) 334-2311.